

4/L

Licenciatura: beco sem saída?

A maioria dos licenciados ficam perante a alternativa de ou se remeterem ao desemprego ou procurarem qualquer saída, mesmo que não tenha rigorosamente nada a ver com a formação recebida e com o investimento económico e de estudos aplicados pelo menos durante quatro anos.

António Carlos da Luz Correia*

NOS últimos tempos voltaram a estar em foco os problemas que afectam os cursos universitários. Quer a nível pedagógico quer em termos de saídas profissionais, a situação assume profunda gravidade e causa profunda preocupação a todos quantos se preocupam com os caminhos da cultura no nosso país. Infelizmente, só quando o curso dos acontecimentos ameaça ruptura completa é que os problemas são aforados. Assim, as preocupações imediatas, privilegiando a busca de soluções de recurso, acabam por adiar indefinidamente o levantamento e a discussão das questões de fundo. No caso dos licenciados em História, só prolonga e agrava uma situação anómala: as condições em que realizam o curso e o futuro profissional que os espera.

Que pode fazer um licenciado em História

Começamos por este último aspecto: que pode fazer, hoje, em Portugal, um licenciado em História, ao sair da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa?

Em princípio, o seu destino é inevitável: será professor do ensino secundário ou preparatório. Destino que, até esse, se afigura cada vez mais difícil e instável. Porque? Porque, sendo muitos, os formados em História vêm juntar-se-lhes outros licenciados, nomeadamente das Escolas Superiores de Educação, que têm precedência na conquista da única (?) e almejada saída profissional, aparentemente mais disponível. E é assim que muitos ficam perante a alternativa de, ou se remeterem ao desemprego, ou procurarem qualquer saída, mesmo que não tenha rigorosamente nada a ver com a formação recebida quer com o investimento económico e de estudo, aplicados pelo menos durante quatro anos.

Não constitui este um caso único, bem sabemos, no panorama universitário português. Poderíamos citar os casos de Psicologia e Sociologia, entre outros. Não é contudo nossa pretensão fazer uma inventariação exaustiva de todos os problemas existentes. Antes nos propomos enunciar apenas alguns aspectos de um exemplo, o curso de História, sublinhando a necessidade urgente de um amplo debate que clarifique os problemas e permita as tomadas de posição necessárias para a sua resolução.

Investigação como saída profissional. Este é todavia um terreno onde abundam os equívocos e as águas turvas. Aí, a possibilidade de tomar essa perspectiva uma realidade não passa, na maior parte dos casos, de mera hipótese, continuamente adiada.

Um licenciado em História não é considerado um especialista nem a investigação histórica é habitualmente considerada como investigação científica propriamente dita. Será mesmo assim? Basta para isso observar os artigos recentes na imprensa ou os programas de colóquios dedicados ao futuro da investigação científica em Portugal: são consideradas a Medicina, a Física, a Biologia, a Engenharia ou áreas semelhantes. Dito de outra forma, apenas lhe é associado o que se convencionou chamar de ciências exactas, tecnológicas, ou, levando mais longe o equívoco, científico como sinónimo de rentável. O historiador é relegado para o bairro da lata da cidade da investigação científica, parente pobre que anda às voltas com papéis antigos ou coloca obstáculos às políticas dos poderes públicos ou privados, em nome da defesa do património cultural. A História só parece servir em situações de recurso, quando (que nos seja desculpada a analogia), tal como Odoário na tele-novela *O Bem Amado* citava vertiginosamente Rui Barbosa, há quem se sirva do «a História ensinamos que...» a propósito de tudo e de nada.

A investigação histórica é necessária

Não é apenas pelos preconceitos da opinião pública mas pela marginalização a que esta área da investigação é votada pelas instâncias do Poder que se podem justificar os males existentes.

Marginalização, que é também reforçada pela inexistência de uma política cultural e de ensino, estruturada de acordo com as necessidades do nosso país. A actual situação universitária ilustra de forma gritante o que acabamos de dizer. Dos problemas económicos aos pedagógicos, enfrentam os universitários uma situação por vezes dramática. Esta envolve, ao primeiro nível, os problemas relativos às botas de estudo, cantinas, custo dos materiais de estudo. O segundo aspecto vai desde a falta de professores e instalações adequadas à indefinição dos métodos de avaliação e estruturação dos cursos.

Não deixa de ser curioso que, ao mesmo tempo, ouçamos e leiamos nos meios de comunicação queixas constantes de responsáveis de arquivos históricos, instituições culturais, museus, etc., acerca da lenta destruição de valiosos espólios documentais, por falta de arumação, classificação, bem como dos quadros necessários para o fazer.

* Licenciado em História pela F. Letras de Lisboa

Apesar dos alertas e recomendações de colóquios, encontros e esforços isolados de um bom número de historiadores e outros investigadores da área das ciências humanas e sociais, quase nada mudou. Para além disto, por falta dos apoios e estímulos necessários, assiste-se a uma situação espantosa, que consiste em que investigadores, isoladamente, vão realizando o seu trabalho, nas mesmas áreas de estudo, repetindo esforços, percorrendo etapas conhecidas, apenas porque não têm meios para divulgar e realizar o intercâmbio dos seus resultados.

Correndo o risco de passar por banalidade, é preciso dizer que o historiador, como indivíduo que vive os problemas do seu tempo, pode também, ao estudar as sociedades do passado, proporcionar indicadores vitais para a compreensão e construção das soluções necessárias.

A percepção desta competência começa já hoje a ser timidamente compreendida, nomeadamente pelas autarquias. Mesmo instituições privadas e empresas começam a utilizar os estudos de carácter histórico, inclusivamente do seu próprio passado, se bem que, por vezes, não ultrapasse o âmbito do mero recurso publicitário.

As alterações políticas ocorridas na sociedade portuguesa desde 25 de Abril de 1974 não são estranhas ao fenómeno. A participação das populações na vida local proporciona e, ao mesmo tempo, poder ser estimulada, pela intervenção do historiador, quando este torna explícito que a preservação do seu património cultural delas depende em maior grau, pois são os seus criadores. Apesar de escassos ainda, reconhecemos que já existem exemplos animadores.

Apelo ao movimento estudantil e associativo

É neste contexto que, ao abordar a crise académica, se corre o risco de, sob o peso das reivindicações mais prementes, se passar, no caso do curso de História, os problemas de fundo para plano secundário. Contrariando tendências positivas que se vinham manifestando, avaliação continua com ênfase nos trabalhos de iniciação à investigação, o curso parece voltar a vergar-se sob as concepções mais tradicionalistas da História e da sua função. Não se prepara adequadamente o futuro investigador, porque não se relaciona o estudo teórico com as realidades e necessidades existentes no País nem se dá um conhecimento adequado do que a nível internacional se realiza. Da mesma forma não são estabelecidos programas de cooperação efectivos entre instituições culturais, arquivos, autarquias e mesmo empresas, em que os estudantes, devidamente enquadrados, adquirissem competência profissional. Finalmente assiste-se, ao contrário do que seria de esperar, à resistência em incluir nas matérias de estudo as disciplinas que utilizam as técnicas mais avançadas de pesquisa e tratamento do dados.

Assim dito, poderia parecer que afinal bastaria um passe de mágica para resolver a questão. Não. Para que a situação se comece a modificar de facto, há no mínimo ainda muitas questões que é necessário ter bem presentes.

A modificação das realidades vividas nas ciências humanas e sociais passa pelos seus protagonistas. Não constitui isto uma novidade. Nem nos podemos permitir ignorar os esforços de todos quantos têm procurado lutar pela dignificação e reconhecimento da sua actividade, a começar pelos próprios investigadores.

O começo de uma nova forma de encarar o estudo e a prática da investigação histórica em Portugal tem de passar fundamentalmente pelos dois protagonistas colectivos principais do meio académico: os estudantes e os professores. Os horizontes do movimento estudantil e associativo devem romper definitivamente com uma visão que, por vezes, parece encarar a Universidade ainda de uma forma corporativa, limitando a sua prática a acções pontuais reivindicativas e de gestão de assuntos administrativos.

O dinamismo do debate científico e a tomada de atitudes exigindo uma política adequada das instâncias governamentais depende da vitalidade e da riqueza das acções do movimento associativo e estudantil. Os estudantes podem fazer face ao enquistamento e mesmo regressão das práticas oficiais de ensino, levando à cabo realizações e actividades que criem o debate inovador, quer pelos próprios alunos quer convidando as novas correntes e as novas práticas da investigação histórica.

Quanto aos professores e investigadores, e quando dizamos professores não queremos dizer apenas professores universitários, a palavra cabe-lhes igualmente neste domínio, procurando unificar e divulgar debates e iniciativas muitas vezes restritas ou isoladas, a par, como é óbvio, da luta pela dignificação da sua actividade.

Existe, hoje, toda uma geração de licenciados em História, de investigadores e de estudantes insatisfeitos tanto com as condições presentes como com as perspectivas futuras. Abertos à discussão e ao trilhar de novas práticas. Nada como a agitação das águas para trazer à superfície tudo o que de bom e mau contém. É necessário confiar em que as perspectivas melhoram. Desde que se faça por isso, claro.

Dia	
1	X
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

Mercado de trabalho - licenciaturas

